

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo

CLASS. : 670

DATA : 11 08 87

PG. : 7

CPI para apurar criação de 'Estado Ianomani'

BRASÍLIA- Os Deputados Gerson Peres (PDS-PA) e José Carlos Sabóia (PMDB-MA) irão pedir a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias, publicadas pelo jornal "O Estado de São Paulo" no último domingo. Segundo o jornal está em marcha uma conspiração, patrocinada pelo Conselho Mundial de Igrejas e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), para que seja criado um "Estado Ianomani" que afetaria a soberania brasileira sobre o território daquela nação indígena na região Norte do País. A soberania do Brasil seria afetada pela encampação, pela Constituinte, da sugestão enviada pela entidade Juventude Cristã.

Preocupado com a denúncia, o deputado Ivo Lech (PMDB-RS), Presidente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias pretende convocar uma reunião extraordinária dos membros da mesma para discutir o assunto. Ele disse estranhar que a polémica não tenha acontecido quando a Subcomissão aprovou que somente com a autorização do Congresso e das populações indígenas poderia haver a exploração do subsolo. Para ele, "o reconhecimento pela Constituição da existência das nações indígenas em nenhum momento coloca em risco a soberania brasileira".

Por sua vez, o Deputado José Carlos Sabóia quer ter a certeza de que são verdadeiros os documentos apresentados pelo jornal para fundamentar a denúncia. Sabóia citou um documento do Conselho de Segurança Nacional de 1979 atestando que "as denúncias contra as missões indígenas de comprometimento da Segurança Nacional, particularmente quanto a recursos mineralógicos, não se confirmaram".

O documento apresentado por Sabóia é assinado por representantes do Conselho de Segurança Nacional, do Serviço Nacional de Informações, da Força Aérea Brasileira, Funai e por integrantes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Interior.

Para o constituinte, a proposta aprovada pela Subcomissão em nada afeta a soberania nacional, "mas sim, os interesses das empresas nacionais e multinacionais de mineração". Da mesma forma, ele explicou que o controle do Estado sob a política de mineração fica assegurado, pois a proposta garante à União a propriedade do solo e subsolo indígena.

Uma alta fonte do Exército disse ontem que a Força "acompanha com interesse" a evolução das denúncias publicadas pelo jornal "O Estado de São Paulo".

— As denúncias são bastantes sérias e, de acordo com a repor-

tagem, acompanhada de farta documentação. Esperamos ansiosos a publicação destes documentos — afirmou o militar, acrescentando, porém, que o Exército sobre o caso. "Não cabe ao Exército pronunciar-se sobre este problema".

Na matéria, "O Estado de São Paulo" afirma que estaria nos objetivos do Cimi "impedir a presença militar, inclusive quartéis e pistas de pouso nas fronteiras onde vivessem nações indígenas". Este é precisamente a essência do Projeto Calha Norte, com o qual o Exército espera ocupar toda a Amazônia.

Somente hoje, o Ministério do Interior definirá que providências irá tomar diante das denúncias de "O Estado de São Paulo", informou ontem a assessoria de Comunicação Social do Ministério. Segundo a assessoria, o novo Ministro, João Alves, irá se inteirar hoje das denúncias, pois assumiu o cargo apenas ontem, no final da tarde.

O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Netto, disse ontem que o Palácio do Planalto não vai, por enquanto, tomar posição contra as denúncias do jornal paulista. De acordo com Frota Netto, como o jornal já anunciou que a reportagem de domingo faz parte de uma série, o Governo vai esperar toda a documentação para se pronunciar a respeito.